



ATA - 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA (2023) DO CONCIDADE

1 Abertura: Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e vinte e três, às quatorze
2 horas e vinte e três minutos, na CODEMAR, localizado na Rua Jovino Duarte de
3 Oliveira, 481 – Centro de Maricá realizou-se a primeira Reunião Ordinária do
4 ConCidade, com a relatoria-resumo das discussões e encaminhamentos realizados
5 na primeira e segunda reunião das Câmaras Técnicas, que ocorreram na segunda
6 quinzena de janeiro até a primeira quinzena de março de 2023.

7 Conselheiros presenciais:

- 8 ▪ Vanessa Malaquias do Nascimento (Titular), do Movimento Democrático
- 9 Afrodescendente Pela Igualdade Equidade Racial - MOVIDADE;
- 10 ▪ Milton Cabral Abrahão (Titular), da União das Associações de Moradores de
- 11 Maricá - UAMM;
- 12 ▪ Maria José Cavalcante (Suplente), da Associação de Moradores e Amigos de
- 13 Cordeirinho - AMAC;
- 14 ▪ Valério Silva (Titular), do Movimento Negro Unificado - MNU;
- 15 ▪ Úrsula Brazil Rocha (Titular), da Gaia Soluções Sustentáveis;
- 16 ▪ Felipe Silva Lima Queiroz (Suplente), do Instituto Floresta Darcy Ribeiro -
- 17 AMADARCY;
- 18 ▪ Bruno da Costa Marins (Suplente), da Secretaria de Urbanismo - SEURB;
- 19 ▪ Guilherme Di Cesar da Mota e Silva (Titular), da Secretaria da Cidade
- 20 Sustentavel;
- 21 ▪ Antônio Francisco Fedele (Titular), da Secretaria de Desenvolvimento
- 22 Econômico, Comércio, Indústria, Petróleo e Portos;
- 23 ▪ Paulo Souza Neto (Suplente), da Companhia de Desenvolvimento de Maricá
- 24 – CODEMAR;
- 25 ▪ Leci das Graças Alberti (Titular), da Secretaria de Participação Popular,
- 26 Direito Humano e Mulher;
- 27 ▪ Adalton da Motta Mendonça (Suplente), da Secretaria de Economia Solidária;
- 28 ▪ Marcela Costa Ribeiro Correa Pitote (Titular), da Secretaria de Habitação e
- 29 Assentamentos Humanos;
- 30 ▪ Carla Nunes Santos (Suplente), Autarquia de Serviços de Obras de Maricá –
- 31 SOMAR;

32 A reunião teve início com a verificação do quórum mínimo de conselheiros, onde foi
33 convidado pelo Secretário Executivo Will Robson Coelho para realizar a abertura o
34 Subsecretário de Urbanismo Bruno Marins (SEURB) que, devido à ausência do Sr.
35 Secretário de Urbanismo e Presidente deste Conselho, irá substituí-lo e presidir a
36 presente Reunião. O Sr. Bruno Marins ressaltou a importância da participação ativa
37 dos Conselhos no Município, e principalmente da sociedade civil organizada, que
38 junto a sociedade governamental buscam melhores soluções para a Cidade. Uma
39 vez que, o Conselho da Cidade se encontrava sem motivação e desarticulado nos
40 últimos anos, e através da realização da 7ª Conferência da Cidade e o processo do
41 Plano Diretor buscou-se e possibilitou a reestruturação do ConCidade. Para finalizar,



42 o Subsecretário Bruno Marins pontuou um dos desafios atuais, no que se refere a
43 aprovação do Plano Diretor, sendo um dos temas existentes nas câmaras técnicas.
44 O Plano diretor é fundamental para o desenvolvimento da cidade e de outros planos,
45 como mobilidade, habitação, saneamento e demais planos sequenciais, que
46 envolvem diversos aspectos produzidos no Plano Diretor. Portanto, a importância da
47 anuência do Legislativo ao Plano Diretor.

48 Após o encerramento da fala do Subsecretário Bruno Marins, o Sr. Felipe Queiroz
49 questionou sobre o Conselho ter enviado a Moção para a Câmara dos Vereadores,
50 se referindo ao encaminhamento da última Reunião Ordinária. Confirmado que sim,
51 o Sr. Will Robson Coelho citou que o documento foi encaminhado em janeiro de
52 2023 e protocolado na Câmara de Vereadores. Em sequência, o documento foi
53 repassado aos participantes para averiguarem sobre o recebimento pela Câmara de
54 Vereadores, em concordância com o encaminhamento feito pelo ConCidade.
55 Durante a fala, os Conselheiros da Cidade citaram a respeito da mobilização da
56 Sociedade Civil e do apoio Governamental para requisitar o espaço da Câmara, com
57 a finalidade de resgatar o histórico de elaboração do Plano Diretor e apresentar suas
58 diretrizes a população e autoridades presentes. Tendo sido questionado pela Sra.
59 Ana Maria Leite sobre o Plano Diretor não ser aprovado pela Câmara, e suas
60 consequências ao Município. O Secretário Executivo Will Robson explicou a respeito
61 da Lei Municipal Orgânica ser equivalente a Constituição Federal, e que segundo
62 uma Lei Federal chamado Estatuto da Cidade no ano de 2001, descreve que o
63 Plano Diretor precisa ser revisto a cada 10 anos. Entretanto, o Plano Diretor vigente
64 se encontra superado, visto a sua formulação no ano de 2000 e aprovação em 2006,
65 este se encontra prestes a completar 20 anos desde foi feito, e tudo que se foi
66 pensado para o futuro já está ultrapassado e consolidado. Em seguida, a Sra. Ana
67 Maria Leite indagou como a Cidade se desenvolve sem o Plano Diretor. O Sr. Will
68 Robson informou em breves palavras que o Plano Diretor de 2006 está sendo
69 utilizado, porém o mesmo foi revisado e entregue, sendo aprovado na 7ª
70 Conferência da Cidade pelos atuais Conselheiros.

71 Na oportunidade, o Subsecretário Bruno Marins esclareceu que existe uma série de
72 ações que o governo independente de o plano está aprovado ou não, nas suas
73 pastas e cotidianos já vem implementando, tanto é que está dando sequências para
74 outros planos, não esperando a aprovação do Plano Diretor para desenvolver as
75 políticas públicas necessárias. Um exemplo que podemos citar é o plano de
76 habitação, mobilidade, drenagem e saneamento. As autarquias e Secretaria estão
77 realizando seus planos, começando a implementar na gestão as ideias do Plano
78 Diretor que está na fase de aprovação. Em sequência, se informou sobre a
79 disponibilização da Ata de reunião anterior para aprovação dos conselheiros, onde
80 não houve manifestação das partes interessadas. Sendo então, o documento foi
81 encaminhado para possíveis reajustes, e em sequência enviado para publicação no
82 JOM, conforme aprovado na 7ª Conferência, onde todas as Atas serão publicadas
83 depois de cada reunião, na finalidade de conscientizar a sociedade sobre as
84 discussões e encaminhamentos do ConCidade.

85 Após finalizada a abertura, o Sr. Will Robson informou a respeito da pauta do dia,
86 manifestação do plenário, votação na relatoria das câmaras técnicas, apresentação
87 de proposta e definição de pautas. O Secretário Executivo esclareceu sobre as
88 vacâncias no Conselho da Cidade, com base na existência de 4 suplências nas
89 vagas, sendo um referente ao setor de empresário, uma de entidades acadêmicas



90 de pesquisa e duas de movimentos sociais e moradia. A suplência governamental
91 possui diversos parceiros que podem ser indicados diretamente pelo Presidente.
92 Entretanto, as vacâncias da sociedade civil deverão realizar um encaminhamento
93 sobre a suplência dos movimentos sociais, decidindo através da abertura de uma
94 comissão, ou pela convocação de um Edital de eleição, afim de suprir essas
95 vacâncias. Na explanação do Sr. Will Robson, se enfatizou em relação as atividades
96 iniciais do ConCidade em 2023, onde foram instalados e eleitos os coordenadores
97 das 5 câmaras técnicas. As câmaras técnicas elencaram propostas e
98 encaminhamentos discutidos na primeira e segunda reunião, onde foram fechados
99 um relato-resumo dos encontros. Encerrada a fala do Secretário Executivo Will,
100 iniciou-se a ordem do dia com a relatoria das câmaras técnicas e seus
101 encaminhamentos, conforme as reuniões realizadas pelo grupo.

102 A primeira Câmara Técnica de Habitação, Saneamento e Meio Ambiente
103 coordenado pela Conselheira Sra. Úrsula Brazil e pelo relator o Conselheiro Milton
104 Abraão, apresentaram os seguintes encaminhamentos definidos após a reunião
105 extraordinária, onde se colocou em pauta a criação de um grupo de trabalho junto ao
106 Sr. Horácio Figueiredo (SANEMAR), afim de entender como vai ocorrer a revisão do
107 Plano Municipal de Saneamento Básico, visto que é uma questão muito importante
108 para a Cidade de Maricá. Um segundo ponto a ser discutido foi o Plano de Gestão
109 de Resíduo Sólido, que necessita ser revisado conforme citado no Plano Diretor.
110 Assim como a elaboração de outros planos, bem como o Plano Diretor de Drenagem
111 Urbana e Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil, em virtude do aumento
112 populacional na Cidade. Em decorrência deste crescimento, questionou-se referente
113 a poluição sonora na cidade, o que tem ocasionado transtornos auditivos para a
114 população local e principalmente para as pessoas com autismo e demais
115 deficiências. Porquanto, a Câmara técnica indicou averiguar a lei e o órgão
116 responsável por fiscalizar e regularizar a utilização dos sons no Município. Para
117 finalizar, a câmara técnica deliberou a criação de uma Moção de Apoio ao Conselho
118 Municipal de Meio Ambiente (CMAM), em relação ao Convênio que está sendo
119 renovado entre o INEA e a Prefeitura. Em virtude, do favorecimento e inclusão da
120 participação dos usuários e da sociedade civil interessada, através dos foros
121 institucionais, prioritariamente o CMAM, bem como o Subcomité do Sistema Lagunar
122 Maricá-Guarapina nos projetos e decisões de Engenharia dos Recursos Hídricos.
123 Visto que, a renovação de contrato ocorrida em 28 de janeiro de 2023 teve uma das
124 cláusulas retirada, na qual se refere a participação social. Por unanimidade, a Moção
125 de Apoio ao CMAM foi aprovada pelos conselheiros em prol da Câmara técnica de
126 Habitação, Saneamento e Meio Ambiente.

127 Na segunda Câmara Técnica de Trânsito, Transporte, Mobilidade Urbana e
128 Alinhamentos Viários coordenado pela Sra. Lu'z Marina e pela relatora Sra. Carla
129 Nunes, foram apresentadas os seguintes encaminhamentos, sendo um dos
130 primeiros pontos o fortalecimento das Secretarias junto ao Governo, no que se refere
131 a execução, colaboração do Plano de Mobilidade e domínio do Alinhamento Viário.
132 Tendo como ação principal do grupo, a realização de uma reunião com os dois
133 diretores de obras diretas e indiretas da Autarquia de Serviços e Obras de Maricá,
134 com a finalidade de cobrar dos gestores a presença de técnicos no Plano de
135 Alinhamento e Mobilidade, assim como o rigor na fiscalização da execução de
136 calçadas, ciclovias e ciclo faixas. De acordo com o Programa Maricá Acessível, um
137 decreto de 2017, que regulamenta e institui especificações sobre o passeio público e
138 acessibilidade, sendo o Manual de Calçadas um instrumento importantíssimo nessa



139 construção. Porquanto, a Câmara Técnica com base na 7ª Conferência da Cidade,
140 analisou diversas reclamações sobre a qualidade de execução das calçadas, ciclovia
141 e ciclo faixas. Em razão das reclamações mencionadas, a Câmara Técnica optou em
142 buscar junto a SOMAR, ações pertinentes que resulte na solução desses problemas.

143 Ao finalizar a segunda relatoria, o Secretário Executivo Will Robson Coelho
144 complementou reforçando as ações do Setor de Planejamento Urbano e Gestão da
145 Cidade através do Plano de Mobilidade, e o fortalecimento das Câmaras Técnicas
146 do ConCidade com a participação de técnicos, como a Arquiteta Urbanista Mônica
147 Maria Campos, responsável pelo Plano de Mobilidade Urbana em andamento, assim
148 como a Arquiteta Ana Claudia Garcia, do Maricá Acessível e Urbanista por um dia,
149 além de outros participantes das Secretaria de Engenharia Viária, Transporte e
150 Empresa Pública de Transporte. Aproveitando o presente momento, informou aos
151 convidados sobre as oficinas do Plano de Mobilidade que vão ocorrer e a respeito da
152 consulta 'on line' pública que está aberta durante a semana, convidando o público
153 presente para contribuir nessas atividades. A Sra. Fátima Casarim aproveitou para
154 falar a respeito das bicicletas, reforçando a participação daqueles que possam
155 identificar os pontos que faltam integração de ciclo faixas ou ciclovias, e possíveis
156 locais com ocorrência de acidentes. No discurso da participante citou-se sobre as
157 cidades com ciclo turismo no Estado do Rio de Janeiro, e a grande oportunidade da
158 Cidade de Maricá em crescer com as bicicletas de ecoturismo. De certo, a inserção
159 de uma faixa ciclo turística no Município resultará numa enorme economia, embora
160 Maricá já possua essa característica em relação a utilização de bicicletas para
161 locomoção. O Sr. Roberto Cassiano morador de São José de Imbassaí, mencionou
162 sobre a realização de oficinas na FLIM em razão das calçadas, com a utilização de
163 blocos para melhor orientar a população. Tendo citado a evolução da Cidade de
164 Maricá nestes últimos anos e exposto a enorme dificuldade que há na padronização
165 de calçadas, isso em decorrência das construções do passado. Considerando a
166 péssima execução desses serviços pela Companhia de Obras e Serviços de Maricá,
167 sem a parte técnica das medidas de padrão internacional. A Conselheira Carla
168 Nunes replicou a fala do participante, esclarecendo sobre a lei federal de
169 acessibilidade como a Norma Brasileira de Acessibilidade (NBR9050) e o Decreto do
170 Manual de Calçada Acessível do Município de Maricá, como instrumentos para a
171 execução desses serviços.

172 Em sequência, a terceira Câmara Técnica de Planejamento e Gestão do Solo
173 Urbano coordenado pelo Sr. Bruno Marins e tendo como relator o Sr. Vinícius Moro
174 comunicou os encaminhamentos do grupo. Na relatoria feita pelo Conselheiro Bruno
175 Marins, a Câmara técnica deu enfoque na Revisão da Legislação Urbana, e
176 principalmente sobre a tramitação e aprovação do Plano Diretor, que a partir dele
177 será revisado o Código de Obras e Lei de Ocupação do Solo. Desde o ano de 2021
178 um texto prévio do Código de Obras vem sendo revisado internamente com a
179 contribuição de algumas Secretarias afins ao tema e será submetido ao Conselho da
180 Cidade quando estiver em um estágio mais avançado de elaboração. A Lei de Uso
181 de Ocupação do Solo é uma legislação mais complexa do que o Código de Obras e
182 por essa razão, demanda de um maior apoio para sua revisão, que será iniciada
183 somente após aprovação da Lei do Plano Diretor, através de contratação de uma
184 Assessoria Técnica para o suporte necessário aos trabalhos. A Sra Fatima Casarim
185 indicou a solicitação de uma audiência com a Câmara de Vereadores, e o Sr.
186 Roberto Cassiano comentou sobre criar uma pequena comissão para buscar junto a
187 Câmara uma resposta. Entre as ações citadas e aprovada pelo público participante,



188 uma delas foi entrar em contato com os Vereadores de seus bairros, assim como
189 mobilizar as entidades sociais para estarem presentes na reunião extraordinária
190 sobre o assunto. Com a votação do público, por unanimidade ficou definida a 2ª
191 Reunião Extraordinária do ConCidade, com a temática Plano Diretor para a segunda
192 quinzena de abril, a ser realizada na Câmara dos Vereadores.

193 Na penúltima Câmara Técnica de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda,
194 coordenado pelo conselheiro Jaildo e pela relatora Lu'z Marina, foram divulgados os
195 encaminhamentos do grupo. Na ausência dos representantes acima citados, a Sra.
196 Vanessa Malaquias integrante da câmara técnica informou sobre os informes das
197 reuniões. Em primeiro, citou o aumento da população, e a necessidade da
198 construção de creches para atender as famílias. No segundo questionamento, foi
199 mencionado sobre o SAREM e a Casa do Autista, em relação ao quantitativo de
200 crianças atendidas, e a expansão desses atendimentos, pois há uma enorme
201 necessidade por parte da população. E por último a conselheira indicou a definição
202 de critérios para analisar, aprovar e acompanhar projetos voltados para o
203 empreendedorismo, assim como a criação de um programa de treinamentos
204 técnicos da área de turismo e a criação de projetos, apoio financeiro a população
205 afetada pelas chuvas e enchentes. Nesta última apresentação da câmara técnica de
206 Projetos especiais, coordenado pelo Sr. Horácio Figueiredo e pela relatora Carla
207 Nunes, foram relatados os problemas referentes a Empresa Enel, onde propuseram
208 cobrar uma posição da mesma diante dos constantes infortúnio. Em decorrência da
209 semana do carnaval, onde parte da população foi afetada com a falta de energia,
210 acarretando perdas e prejuízos nas residências e comércios. Um dos levantamentos
211 expostos pelos conselheiros foi em razão da poluição visual dos postes na Cidade,
212 sendo definido por eles um emaranhado de fios, o que afeta e põem em risco a
213 população que passa no entorno, residências e comércios locais. Embora, a
214 Companhia de energia Enel é quem dá a concessão as prestadoras de telefonia e
215 demais serviços para uso dos postes, a empresa tem por obrigação manter a
216 organização e supervisionar as novas instalações de fios. Além disso, a conselheira
217 ressaltou sobre a qualidade das estruturas dos postes, que se encontram pela
218 cidade em péssimas condições, colocando em risco a população que transita nesses
219 locais. A Sra. Fátima Casarim relatou a sua experiência negativa com a Prestadora
220 de Serviço de Energia na Cidade, e comparou a diferença de prestação desse
221 serviço em Minas Gerais, seu Estado de naturalidade. Em sua fala, reforçou as suas
222 reclamações referentes a Companhia Enel, direcionando todos os problemas a
223 Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), visto que é a responsável por
224 fiscalizar e regular a distribuição de energia Elétrica no Território Nacional. Por fim, a
225 conselheira Carla Nunes enfatizou um dos problemas citados pelo Secretário de
226 Urbanismo, em relação a prestadora de energia realizar novas ligações de energia
227 com uma simples documentação (CPF, RG), o que facilita essa habitação irregular,
228 sem exigir qualquer liberação de Alvará ou Habite-se por parte da Secretaria de
229 Urbanismo. A participante Fatima Casarim compartilhou com o público sobre a
230 ocorrência de problemas idênticos na Cidade de Nova Friburgo, sendo combatido o
231 problema de invasão das áreas, através da parceria com o Órgão Ambiental, através
232 da sua aprovação.

233 Ao fim, sintetizando as decisões da ordem do dia, o Conselho da Cidade deliberou
234 nesta Reunião Ordinária a Moção de apoio ao Conselho Municipal de Meio
235 Ambiente (CMAM), além da definição da temática Plano Diretor para a 2ª reunião
236 Extraordinária a ser realizada na Câmara de Vereadores, e por último a indicação e



237 preenchimento das vacâncias no quadro do Conselho da Cidade, referente ao setor
238 de empresário, entidades acadêmicas de pesquisa e movimentos sociais e moradia.

239 Depois de fechadas e concluídas as falas finais, sem mais nada a tratar, a 1ª
240 Reunião Ordinária do ConCidade foi encerrada às 16 horas e 30 minutos. A reunião
241 foi pública e teve registro de cerca de 26 participantes, que assinaram a lista de
242 presença, conforme consta em anexo, junto ao Livro de Atas do ConCidade. A Ata
243 foi lavrada e certificada por Will Robson Coelho, Secretário Executivo do ConCidade,
244 Assessor Técnico da SEURB. Assim, certificamos e damos fé pública à presente
245 Ata.

Maricá, 16 março de 2023

Bruno da Costa Marins
Subsecretário de Urbanismo
Suplente do Presidente do ConCidade



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE URBANISMO

